

TERMO DE REVOGAÇÃO
Dispensa de Licitação nº 033/2023
Processo Administrativo nº 287/2023

OBJETO: *Locação de espaço para alocação de sala de realização de exames de eletroencefalograma.*

Considerando que o Processo de Licitação, como qualquer outro procedimento administrativo, é suscetível de anulação em caso de ilegalidade, e revogação por conveniência e oportunidade, nos termos do art. 49 da Lei 8666/93 e das Súmulas 346 e 473/STF;

Considerando, que o processo foi motivado com a finalidade de não deixar os pacientes deste CONIMS e dos Municípios Consorciados desassistidos do exame de eletroencefalograma;

Considerando que de quando início do processo não haviam salas disponíveis que atendessem aos requisitos para a realização o exame de eletroencefalograma e que com remanejamento do estoque das instalações deste CONIMS a demanda foi sanada, onde propiciou-se a alocação do espaço para o referido exame, agindo assim com o princípio da economicidade.

Desse modo, esse Consórcio RESOLVE, REVOGAR, por conveniência e oportunidade, visando à economicidade, decorrente de fato superveniente, o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 287/2023 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2023, com fulcro Lei nº 8.666/93, e demais alterações posteriores, em evidência o “caput” e §4º do Art. 49, Lei nº 8.666/93

Entende-se ser desnecessário oportunizar o direito ao exercício da ampla defesa e do contraditório aos proponentes, na forma do §3º do Art. 49º da Lei nº 8.666/93, consoante com o entendimento jurisprudencial, tendo em vista que o processo não chegou ao seu curso final com formalização de um contrato, veja-se:

“Revogação de licitação em andamento com base em interesse público devidamente justificado não exige o cumprimento do parágrafo terceiro, do artigo 49, da Lei nº 8.666/93. (...) Só há aplicabilidade do parágrafo terceiro, do artigo 49, da Lei nº 8.666/93, quando o procedimento licitatório, por ter sido concluído, gerou direitos subjetivos ao licitante vencedor (adjudicação e contrato) ou em casos

de revogação ou de anulação onde o licitante seja apontado, de modo direto ou indireto, como tendo dado causa ao proceder o desfazimento do certame”. (TJSP, Apelação Cível nº 175.932 Scarance Fernandes, j. em 16.03.2004)

Portanto, o presente Termo de Revogação será anexado ao processo.

Pato Branco/PR, 02 de janeiro de 2024.

PAULO HORN

Presidente

Assinantes

✓ PAULO HORN

Assinou em 03/01/2024 às 09:13:47 com Certificado Digital Qualificado, emitido em nome de PAULO HORN com o CPF ***.075.529-**, nos termos do § 1º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Eu, PAULO HORN, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

GJO

20N

Q8J

4VE